



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Centenário

Projeto de Lei n.º 07/2020 de 17 de Fevereiro de 2020.



Autoriza contratação emergencial de Operador de Máquina, e dá outras providências.

HILÁRIO JOSÉ KOLASSA, Prefeito Municipal de Centenário, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a contratação emergencial, de excepcional interesse público, de até três operadores de máquinas, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para atender a demanda do Município na área.

Art. 2º - A contratação, de natureza administrativa, vinculada ao regime geral de previdência social, será assegurado o direito a remuneração compatível com a função de igual ou assemelhado cargo/emprego na legislação local, férias, décima terceira remuneração e demais direitos previstos na legislação local.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão a conta de dotação orçamentária consignada na lei de meios.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

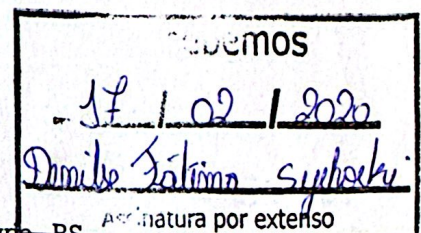
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 17 (dezessete) dias do mês de fevereiro de 2020.

Hilário José Kolassa
Hilário José Kolassa
Prefeito Municipal

Fone: (54) 3613-5160 / 3613-5150

Av. Antônio Menegatti, 845 - CEP 99838-000 - Centenário - RS
CNPJ: 93.539.138/0001-44





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Centenário

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 07/2020

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar emergencialmente até três Operadores de Máquinas.

Esta contratação se faz necessário para atender a necessidade do Município na área, em face de diminuição do quadro efetivo e aumento da demanda inclusive em face da situação que vive o Município decorrente da estiagem que está assolando nosso território, cujos procedimentos para eventual declaração de situação de emergência estão sendo realizados, e também após a normalização das chuvas a necessidade de recompor a situação, ou seja, agora tentar diminuir os efeitos e depois tentar retomar o estado anterior, o que leva um determinado tempo.

A contratação se dará por um período de doze meses, podendo ser encerrada antecipadamente ou prorrogada a depender da necessidade, que não é permanente.

Se trata de função da qual o Município não possui em concurso, necessitando de tal servidor junto as Secretarias para dar continuidade aos trabalhos, sendo esta precedida de processo seletivo.

Assim é que submetemos a análise dos nobres vereadores o presente projeto de lei a fim de que este seja apreciado com a atenção que lhe é devida.


Hilário José Kolassa
Prefeito Municipal